



28 DE NOVEMBRO DE 2011

Segunda – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **NAS CONCESSIONÁRIAS, REGRAS NÃO MUDARAM**
- **RECEITA ENTREGA ÚLTIMO LOTE DO IR EM DEZEMBRO**
- **DIREÇÃO DA PSA TENTA BLINDAR MONTADORA CONTRA CRISE EUROPÉIA**
- **DÓLAR CAI A R\$ 1,88, MAS FECHA SEMANA COM GANHO DE 5,7%**
- **DIVIDENDOS NO CONTEXTO DO IFRS**
- **BNDES FINANCIA EXPANSÃO DO SETOR AUTOMOTIVO**
- **APOSENTADOS E DEMITIDOS PODERÃO MANTER PLANOS**
- **SALÁRIO MÍNIMO: GOVERNO ATUALIZA VALOR PARA R\$ 622 EM 2012**
- **PROJETO ALTERA MULTA PARA DESRESPEITO A DIREITO TRABALHISTA**
- **ANÚNCIO DE EMPREGO SEM INFORMAÇÕES SOBRE EMPRESA CONTRATANTE PODE SER PROIBIDO**
- **COMISSÃO ESPECIAL SOBRE TERCEIRIZAÇÃO APROVA PARECER DO RELATOR**
- **RICHA QUER TERCEIRIZAR SERVIÇOS DO ESTADO**
- **COMISSÃO APROVA PARECER SOBRE TRABALHO TERCEIRIZADO**
- **TRABALHO E JOGOS PODEM SER TÃO VICIANTE QUANTO ÁLCOOL E DROGAS**
- **COMBATE À MISÉRIA JÁ ATINGE METAS MAS AÇÕES AINDA DIVIDEM OPINIÕES**
- **CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - CONTRIBUIÇÃO DESCOTADA DOS EMPREGADOS DEVE SER RECOLHIDA ATÉ 30/11**
- **DIREITO DO TRABALHO - INDENIZAÇÃO: BANCÁRIA COM LER NÃO PRECISA PROVAR DOR ÍNTIMA**

Câmbio Em 28/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,850	1,851
Euro	2,474	2,475

Fonte: BACEN

Nas concessionárias, regras não mudaram

28/11/2011- Gazeta do Povo

O cliente que foi até uma concessionária para comprar o seu carro novo ainda não verificou nenhuma mudança nas regras de financiamento, mesmo com a retirada de parte das medidas implantadas para conter o avanço do crédito. O diretor da Fenabreve no Paraná, Luís Antonio Sebben, diz que segue tudo igual. "Não sei até que ponto os bancos estão dispostos a mudar suas regras em um cenário como esse. Por enquanto não houve alterações nos planos. No ano passado, as restrições tiveram efeito imediato. Mas a flexibilização, não", afirma.

De acordo com Sebben, a entidade manteve a projeção anterior de um crescimento das vendas de Natal de 8% em relação ao mesmo período do ano passado. No ano, as vendas devem crescer 5%. Parte desse crescimento deve vir de uma procura maior por carros importados – que, depois de dezembro, terão IPI reajustado em 30%. "Mas não deveremos ter uma corrida como a que vimos quando a medida foi anunciada pelo governo", diz.

Atualmente a média de prazo de financiamento do mercado é de 42 meses. Antes das medidas macroprudenciais, variava de 50 a 56 meses. De maneira geral, os bancos estão mais seletivos na concessão do crédito, sobretudo para quem já compromete a renda com financiamentos "pesados", como o da compra da casa própria. Com a saída dos bancos pequenos e médios do mercado, grandes bancos, com padrões mais

conservadores de concessão de crédito, passaram a concentrar boa parte dos negócios de financiamento de veículos no país.

Mais endividado e preocupado com o cenário internacional, o consumidor também está revendo os planos de compra de automóvel, o que contribuiu com o fraco desempenho em outubro, quando as vendas de automóveis e comerciais leves no estado caíram 6,13% em relação a setembro. Em relação ao mesmo período do ano passado, as vendas diminuíram 4,97%.

Receita entrega último lote do IR em dezembro

28/11/2011- Gazeta do Povo

O processamento das declarações do **Imposto de Renda Pessoa Física 2011** está praticamente concluído e não há mais tempo de fazer retificações. Os contribuintes que ficarem de fora do próximo lote terão que aguardar até janeiro de 2012, quando deverão ser liberadas da malha fina as primeiras declarações deste ano. O pagamento do último e sétimo lote regular de 2011 está previsto para o dia 15 de dezembro e a consulta deverá ser liberada nos próximos dias, provavelmente até o dia 10 de dezembro.

“É importante entender que tem todo o processamento das declarações para depois ter o processamento do lote. A Receita precisa, então, estar com todas as declarações processadas para serem liberadas, incluindo a correção dos valores. Já estamos no final do mês. Quem não retificou, não vai estar no lote”, explicou o supervisor Nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir.

Todos os anos a Receita Federal libera sete lotes regulares de restituições do Imposto de Renda. O primeiro em junho e o último em dezembro. O pagamento das restituições é sempre realizado nos dias 15 de cada mês, exceto quando a data cai em um final de semana ou feriado. Após a liberação dos lotes regulares, à medida que as declarações retidas na malha fina são corrigidas e há disponibilidade do Tesouro Nacional, a Receita libera ao longo do ano lotes residuais, como o que será liberado em janeiro.

Para resolver as pendências e sair da malha fina, sem precisar se deslocar até uma unidade da Receita Federal, na maioria dos casos o contribuinte deve acessar o Centro Virtual de Atendimento e-CAC. Para isso é preciso fazer um cadastro no site da Receita Federal com o fornecimento do número do recibo das duas últimas declarações do Imposto de Renda. No e-CAC, o contribuinte tem acesso a informações, como os tipos de pendências, e ao extrato da declaração.

Mesmo sabendo que não entrará no último lote este ano, o contribuinte deve retificar a declaração o mais cedo possível e não aguardar a convocação da Receita Federal ou esperar até a liberação dos lotes residuais de 2012. Isso porque se o erro for no cálculo do imposto, quanto mais tempo a declaração ficar retida, mais haverá a incidência de juros, além de multa.

Esse ano, a Receita Federal liberou 9.709.829 restituições do imposto de renda. O volume total dos recursos depositados na conta-corrente dos contribuintes foi de R\$ 10,281 bilhões. O maior lote foi o quinto, pago em outubro, com 2.656.556 contribuintes e R\$ 2,448 bilhões em restituições.

Direção da PSA tenta blindar montadora contra crise europeia

28/11/2011- Valor Econômico

A crise não é a única coisa na Europa que chama a atenção e preocupa o presidente mundial do grupo PSA Peugeot Citroën, Philippe Varin. Com a propaganda que se faz em torno das novas formas de mobilidade urbana, em defesa da causa ambiental, até os filhos do executivo já estão usando o Vélib, sistema público de bicicletas, para circular em Paris. Para contornar a estagnação e prejuízos nos mercados europeus, o fabricante de veículos francês pretende acelerar a organização das plataformas dos carros que podem ser vendidos em países emergentes, únicos hoje com demanda crescente por automóveis.

Varin não se cansa de demonstrar o quanto está impressionado com os números que apontam as diferenças de potencial de crescimento entre mercados, os mesmos dados que levam todas as montadoras a reforçar investimentos nas regiões emergentes. Enquanto na Europa há 55 automóveis rodando para cada 100 habitantes, na Índia são apenas dois carros para o mesmo grupo de pessoas. "O que está acontecendo atualmente na Europa acelera o que nós temos que fazer fora dela", destaca o executivo.

Recentemente, Varin teve que explicar pessoalmente ao presidente da França, Nicolas Sarkozy, os motivos que levaram a companhia a demitir 6 mil trabalhadores na Europa. A queda na receita registrada no terceiro trimestre indicou a necessidade de cortar custos para manter as finanças equilibradas em 2011. "As previsões indicam que vamos ter prejuízo de € 400 milhões no segundo semestre", afirma. Os mercados fora da Europa já absorvem mais de 40% das vendas do grupo no mundo.

O desafio é com a mesma plataforma atender ao gosto e necessidades dos consumidores de mercados distintos

Aos 58 anos de idade, esse engenheiro francês se tornou conhecido pela habilidade na recuperação do grupo siderúrgico anglo-holandês Corus. Foi Varin o responsável por aproximar a companhia da indiana Tata Steel em 2007, quatro anos depois de assumir a companhia em dificuldades financeiras. Foi essa trajetória bem-sucedida no setor siderúrgico que chamou a atenção do conselho do grupo PSA Peugeot Citroën, que o contratou, em março de 2009, depois de o cargo ter sido ocupado por pouco tempo por Christian Streiff, um ex-executivo da Airbus. A mudança na gestão foi decidida na tentativa de contornar prejuízos, que surgiram em meio às dificuldades que já começavam a atingir a indústria automotiva na Europa.

Desta vez, porém, a solução dos problemas não está em suas mãos, já que não se trata de recuperar uma empresa, como aconteceu na Corus. É a economia de um continente inteiro que pede socorro. O emaranhado da crise que atinge o mercado europeu é complexo, diz o executivo, já que "não se pode exigir que os consumidores que gastaram demais paguem o que devem porque isso faria tudo parar". Para Varin, a integração econômica europeia é "um desafio político". "Em cinco anos veremos alguns países saindo da zona do euro", afirma.

Cabe a executivos como Varin buscar estratégias para manter a saúde financeira da empresa que agora está sob seu comando enquanto o cenário macroeconômico é desfavorável. Seu plano para o grupo PSA é concentrar esforços no desenvolvimento das plataformas dos veículos que serão vendidos nos países emergentes. China está

na frente das prioridades, seguida pela América do Sul, com foco no Brasil, para onde a empresa deslocou 10% da sua área de pesquisa e desenvolvimento.

Segundo Varin, o grupo francês quer ter apenas duas plataformas de carros porque acredita que os ganhos de uma empresa automobilística não se originam simplesmente na quantidade total de vendas, mas sim no número de veículos por plataforma. Essas duas bases darão origem aos próximos lançamentos de carros pequenos e médios, o suficiente para atender à demanda de países onde muitos consumidores sequer têm ainda um automóvel.

O maior desafio é com a mesma plataforma atender ao gosto e necessidades dos consumidores de mercados distintos, como Brasil e China. "A grande variedade de componentes permite ter 98 versões diferentes de automóveis em cada plataforma", explica o presidente da PSA no Brasil e América do Sul, Carlos Gomes.

Com demanda em crescimento e na disputa para se consolidar como o quarto maior mercado de veículos do mundo, o Brasil já tem sua parte garantida no plano de investimentos da PSA. Há um mês, o grupo francês anunciou a decisão de investir anualmente R\$ 575 milhões, em média, para poder dobrar a capacidade de produção na fábrica em Porto Real (RJ), inaugurada há dez anos. Com isso, de 2010 a 2015, o programa de investimentos do grupo no país totalizará R\$ 3,7 bilhões.

O volume de produção aumentará para 300 mil veículos por ano, o que deverá, nas contas da direção da montadora, elevar a soma da participação das duas marcas (Peugeot e Citroën) no mercado brasileiro dos atuais 5,2% para 7%. O Brasil representa o quinto maior mercado para o grupo. Os investimentos também contemplam a fábrica de motores, cuja linha está sendo modificada para começar a produzir motores mais econômicos. O primeiro será lançado no dia 14 de dezembro. Com a expansão, serão abertos mais 1,7 mil postos de trabalho, o que totalizará 7 mil empregados.

Varin sabe, no entanto, que não pode descuidar dos desafios nos mercados maduros, como a Europa. É justamente nessas regiões onde está o maior desafio da indústria automobilística no cenário da mobilidade do futuro: atender às cada vez mais rigorosas leis de emissões de poluentes e, ao mesmo tempo integrar o automóvel nos novos conceitos de mobilidade. "É preciso levar soluções para os problemas de congestionamento, com o compartilhamento de carros entre usuários de uma mesma comunidade ou rede social, cuidar da organização da diversidade de energias e combustíveis alternativos e fazer carros pensando no aumento do número de motoristas idosos", afirma.

Ele diz estar ciente, no entanto, que o jovem de hoje não tem a paixão pelos automóveis que se via no passado. Cativá-lo será outro desafio. O presidente da PSA naturalmente usa o automóvel para se deslocar em Paris e torce o nariz quando lhe perguntam se já experimentou as bicicletas públicas do sistema chamado Vélib. "Eu não; mas minhas crianças usam".

Dólar cai a R\$ 1,88, mas fecha semana com ganho de 5,7%

28/11/2011- Valor Econômico

O dólar teve um pregão de forte volatilidade de preço, oscilando de R\$ 1,876 a R\$ 1,917, entre cotação mínima e máxima. Ao fim do dia, os vendedores falaram mais alto e a moeda encerrou com desvalorização de 0,31%, cotado a R\$ 1,884 na compra e R\$ 1,886 na venda.

Na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), os contratos futuros com vencimento em dezembro registravam queda de 0,49%, a R\$ 1,891, por volta das 17h30.

Também na BM&F, o dólar "pronto" terminou o dia com queda de 0,31%, cotado a R\$ 1,888, com volume de US\$ 190 milhões.

Ontem, o dólar comercial subiu 1,72%, cotado a R\$ 1,892 na venda, igual ao valor de fechamento do dia 03 de outubro deste ano e abaixo apenas da cotação do dia 22 de setembro (R\$ 1,895), a maior do ano.

Na semana, a divisa subiu 5,77%. Apenas nos últimos dois dias, considerando o fechamento de ontem, a divisa americana teve valorização de 4,70%.

No mercado de câmbio externo, o Dollar Index, que mede o desempenho da moeda americana ante seis divisas, subiu 0,69%, aos 79,67 pontos. O euro, antes do ajuste final da posição, recuava 0,83%, a US\$ 1,323.

O gerente de câmbio da Treviso Corretora de Câmbio, Reginaldo Galhardo, explica que o mercado de câmbio interno segue extremamente vulnerável ao externo. Porém, o real apresenta maior volatilidade por conta de operações especulativas e da liquidez reduzida. "Dada a falta de grandes negócios no mercado, qualquer volume no mercado futuro faz o dólar oscilar muito rapidamente", explica.

Segundo ele, quando a moeda americana atingiu R\$ 1,91, esperava-se que o Banco Central fizesse alguma intervenção, já que, na última vez em que o dólar se aproximou desse patamar, a autoridade monetária promoveu leilões. Isso não aconteceu, mas o preço ficou atrativo e vendedores entraram em cena, fazendo com que o dólar rapidamente voltasse a oscilar em torno de R\$ 1,88.

Basicamente, três eventos movimentaram o mercado nesta sexta-feira. A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou em um degrau a nota de crédito soberano de longo prazo da Bélgica, de AA+ para AA, deixando o país dois degraus abaixo da cobiçada classificação AAA ("triple A"). A perspectiva é negativa. O motivo foram as pressões de financiamento e de mercado, que estão aumentando a probabilidade de um apoio do governo ao sistema financeiro belga.

Na Itália, um leilão de títulos em que houve expressivo aumento no custo dos empréstimos resultou em aversão ao risco dos investidores logo cedo. A taxa de retorno dos papéis italianos de 183 dias, por exemplo, atingiu 6,504%, a mais alta desde agosto de 1997, e acima dos 3,535% registrados no leilão anterior, de 26 de outubro.

Em Wall Street, os principais índices das bolsas de valores abriram no território positivo, por conta do chamado "Black Friday", dia em que grandes varejistas se unem e oferecem descontos nos Estados Unidos. Porém, eles passaram a recuar após

a divulgação da notícia de que a S&P havia rebaixado a nota de crédito da Bélgica e encerraram em baixa.

O índice Dow Jones perdeu 0,23%, para 11.231,78, e terminou a semana acumulando queda de 4,8%. O Standard & Poor's 500 caiu 0,27%, para 1.158,67, e o Nasdaq Composite caiu 0,75%, para 2.441,51 pontos.

É importante frisar que, por conta da comemoração ontem do Dia de Ação de Graças nos EUA, as bolsas americanas tiveram um pregão mais curto, que se encerrou às 16h (horário de Brasília).

Dividendos no contexto do IFRS

28/11/2011- Valor Econômico

Apesar de ainda existir um longo caminho a percorrer, a adoção do padrão internacional de contabilidade (IFRS) pelas empresas brasileiras já está na pauta do dia. Trata-se de uma preocupação não somente do pessoal ligado à área contábil, mas de todos aqueles envolvidos com a situação econômico-financeira da empresa, especialmente advogados e profissionais das relações com investidores. Do outro lado, os reflexos da implementação dos IFRS também têm sido estudados pelos sócios (acionistas ou quotistas), investidores e pela Receita Federal do Brasil, sendo um ponto importante a distribuição de dividendos.

Lembre-se, desde logo, que o padrão internacional de contabilidade se caracteriza, principalmente, pela relevância do julgamento da administração, no que concerne ao reconhecimento, à mensuração e à divulgação das operações e dos eventos financeiros, pela busca do valor justo dos bens, direitos e obrigações e pela aproximação do resultado do exercício com a geração de caixa. Dessas características decorrem diversos lançamentos que impactam a apuração do lucro (ou do prejuízo) da empresa, dentre os quais se destacam: mudança no critério de depreciação dos bens do ativo imobilizado, inclusive com a estimativa do respectivo valor residual; ajuste a valor presente; avaliação de ativo biológico etc. Com relação aos aspectos societários e tributários do lucro apurado no contexto do IFRS, as questões são: qual a medida desse lucro que deve ser distribuída aos sócios obrigatoriamente e qual a medida desse lucro que estará isenta do imposto sobre a renda.

Do ponto de vista societário, conquanto a modificação da Lei nº 6.404, de 1976, trazida pela Lei nº 10.303, de 2001, que fortaleceu a regulamentação legal da governança corporativa, tenha aumentado os direitos patrimoniais dos sócios, especialmente dos minoritários, essa mesma alteração já garantiu, ao menos em parte, a saúde financeira das empresas. Nesse sentido, na composição do dividendo obrigatório foi ressalvada a parcela de lucros a realizar, desde que constituída a respectiva reserva. Em complemento, a alteração da lei societária promovida pela Lei nº 11.638, de 2007, redefiniu a reserva de lucros a realizar.

Uma questão a saber é qual medida do lucro deve ser distribuída obrigatoriamente

Atualmente, constituem a reserva de lucros a realizar o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Em ambos os casos o que se tem é a geração de lucro sem a sua respectiva realização financeira, ou, em

outras palavras, sem geração de caixa; o que ocorre no reconhecimento contábil, por exemplo, dos lucros gerados por subsidiária no exterior, pela mensuração de ativo biológico e pelo ajuste a valor presente. Dessa forma, a lei societária optou pela perpetuidade da empresa (preservação financeira) em detrimento dos direitos patrimoniais dos sócios (acionistas ou quotistas).

Do ponto de vista tributário, o Regime Tributário de Transição - RTT estabelece que os registros contábeis efetuados com base nos IFRS não devem ser considerados para fins de apuração dos tributos sobre a receita (Contribuição para o PIS e Cofins) e sobre o lucro (IRPJ e CSLL): trata-se da neutralidade tributária. Ocorre que essa neutralidade tem que ser bem analisada e bem definida: de acordo com a lei de regência, o RTT aplica-se à composição das receitas, dos custos e das despesas, ou seja, aos itens que constituem a apuração dos mencionados tributos. Dessa forma, a neutralidade do RTT não se aplica à matéria de ordem societária com implicação tributária, como são os casos da remuneração de juros sobre o capital próprio, da subcapitalização e da distribuição de dividendos isentos.

Esse entendimento parece ter sido corroborado pela Receita Federal do Brasil com a redação do Parecer Normativo nº 1. Nesse documento oficial, foi admitida a coexistência de duas despesas de depreciação, uma para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos sobre o lucro e outra para efeito de determinação dos dividendos a serem distribuídos aos sócios. Como corolário necessário, tem-se que o lucro para efeito de tributação é apurado na forma do RTT, enquanto que, para efeito de distribuição de dividendos isentos do imposto sobre a renda, o lucro será apurado com a observância do padrão internacional de contabilidade.

BNDES financia expansão do setor automotivo

28/11/2011- Newsletter Automotive Business

O BNDES se transformou no principal financiador da expansão da indústria automotiva no País. É o que demonstram os números revelados pelo presidente do banco de fomento, Luciano Coutinho (foto), nesta sexta-feira, 25, durante sua exposição no 21º Congresso Fenabreve, em São Paulo. "Os investimentos do setor continuam promissores e o BNDES tem participação intensa nisso", disse Coutinho.

De acordo com os dados do BNDES, os financiamentos em expansão e modernização de fábricas somam R\$ 6 bilhões de 2007 a 2011 (até outubro). Coutinho destacou alguns desembolsos mais recentes, de R\$ 1,3 bilhão para a Fiat e R\$ 1,1 bilhão para a Mercedes-Benz – este último representa 73% do investimento de R\$ 1,5 bilhão da montadora para o período 2010-2013. O banco também ajuda a financiar as exportações do setor, em contratos de adiantamento, que totalizam R\$ 10 bilhões nos últimos quatro anos.

Mas a principal carteira do BNDES com o setor são as diversas modalidades de Finame. Boa parte dessa linha é destinada a financiar o que Coutinho chamou de "bens de capital sobre rodas". De 2007 a outubro de 2011 o banco desembolsou quase R\$ 94 bilhões para financiar a compra de caminhões, ônibus e máquinas agrícolas nas diversas modalidades do programa, que oferece taxas muito competitivas para os padrões brasileiros, de 10% a 12% ao ano, ou 0,8% a 0,95% ao mês.

Somente até outubro, este ano o BNDES já liberou R\$ 24,6 bilhões nas linhas de Fime veicular, o que equivale a 73% dos financiamentos para aquisição de veículos pesados no País. No ritmo atual de concessões, este ano provavelmente o recorde de 2010 (R\$ 28,5 bilhões) deverá ser superado. "Devemos fechar 2011 em patamar acima do de 2010, que foi o melhor da história da linha", informou Coutinho.

O presidente do BNDES lembrou também que o banco de fomento tem pelo menos cinco linhas de apoio ao desenvolvimento tecnológico, que podem ser aproveitadas pelo setor automotivo, como o Pró-engenharia, Capital Inovador, Inovação Tecnológica, Inovação da Produção e a PSI Inovação.

Novidades chinesas

"Existem atualmente muitos projetos em andamento, especialmente de expansão de fábricas de veículos, que devem acrescentar mais 1 milhão de veículos/ano à capacidade instalada no País. Isso sem contar os investimentos em novas fábricas", informou Coutinho, citando em especial o interesse dos fabricantes chineses. "Além da Chery e JAC, que anunciaram investimentos e localização da produção no Brasil, há outras quatro com projetos em andamento", disse, mostrando um interessante slide em sua apresentação, indicando que a Changan tem intenção de se instalar no Espírito Santo, a Lifan no Rio de Janeiro, a Shacman em Campina Grande, na Paraíba, e a Brilliance ainda sem local definido.

Aposentados e demitidos poderão manter planos

28/11/2011- Gazeta do Povo

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou ontem novas regras que asseguram aos demitidos sem justa causa e aos aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial, desde que eles passem a pagar as mensalidades do próprio bolso. Este direito já existia para os demitidos, mas agora fica mais claro e se estende também aos funcionários que se aposentam. As regras começam a valer em 23 de fevereiro do ano que vem.

O ex-empregado tem o direito garantido quando tiver contribuído no pagamento do plano e o seu contrato for posterior a 2 de janeiro de 1999 – ou mais antigo, mas adaptado à Lei dos Planos. A decisão de manter ou não o plano deve ser tomada em até 30 dias depois do desligamento. O benefício será extinto apenas em caso de novo emprego ou ainda de cancelamento do plano, tanto de ativos quanto de ex-funcionários, por parte do empregador. Publicada ontem em Diário Oficial, a Resolução 279 passa a valer no dia 23 de fevereiro.

A nova resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pode não dar certo na prática, segundo especialistas. Como o reajuste dos planos coletivos é negociado anualmente entre operadoras e empresas, com base na sinistralidade do ano anterior e sem a interferência direta da ANS, se a empresa preferir colocar todos no mesmo plano a correção será a mesma para os empregados ativos, demitidos e aposentados.

“Isso implica em um cuidado por parte das empresas e operadoras no equilíbrio entre as idades dos beneficiados. Um número crescente de aposentados na carteira total da empresa deverá, com o tempo, puxar o preço médio das mensalidades e da parcela de subsídio das empresas para cima”, revela o coordenador do Centro Paulista de Economia da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (CPES-Unifesp), Marcos Bosi Ferraz.

Se a empresa optar por manter aposentados e demitidos em um plano diferente dos ativos, o risco também é grande, mas agora para os beneficiados. “A empresa estará concentrando pessoas mais velhas e que usam muito mais os planos em um único conjunto, o que vai levar a um preço de mensalidade alto para essas pessoas sustentarem, justamente no período da vida em que elas mais precisam e têm uma queda na renda”, afirma.

Um tira-dúvidas publicado pela ANS ontem no site do órgão deu margem a algumas interpretações errôneas sobre os efeitos da nova resolução. Por regulamentar e ampliar um direito já existente na Lei dos Planos (9.656/1998), a agência diz que “quem se aposentou antes da publicação das novas regras também tem direito ao benefício”. Mas, segundo José Luiz Toro da Silva, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Saúde Suplementar, não há qualquer efeito retroativo nessa afirmação da agência.

“A norma diz que os contratos coletivos empresariais incompatíveis com a Resolução 279 devem ser modificados de acordo com ela na data de aniversário ou no prazo de um ano após a sua publicação, o que vier primeiro. Isso não dá, no entanto, qualquer direito retroativo a demitidos ou aposentados antes das novas regras. Quem não exerceu seu direito, que já existia desde 2 de janeiro de 1999, não pode fazê-lo agora”, ressalta.

As condições para a manutenção do benefício para aposentados e demitidos são diferentes. No caso dos demitidos, é possível permanecer com o plano, pagando do próprio bolso, por um prazo de um terço do tempo trabalhado na empresa, respeitando um mínimo de seis meses e o máximo de dois anos. “Isso quer dizer que quem trabalhou apenas três meses na empresa terá, de qualquer maneira, direito a manter o plano, sem carências extras, por seis meses”, observa José Luiz Toro da Silva, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Saúde Suplementar. Pela mesma lógica, quem trabalhou na empresa por 13 anos não terá direito a quatro anos de plano após a saída da empresa (o equivalente a um terço do tempo de contribuição), mas apenas a dois anos.

No caso dos aposentados, aqueles que contribuíram com o pagamento do plano por mais de dez anos podem mantê-lo depois do desligamento pelo tempo que desejarem. Quem contribuiu por menos tempo, no entanto, poderá utilizar-se do plano apenas o equivalente ao tempo de contribuição (veja quadro nesta página).

À Agência Brasil, a diretora adjunta de Norma e Habilitação dos Produtos da ANS, Carla Soares, explicou que a empresa poderá manter os aposentados e demitidos no mesmo plano dos ativos ou fazer uma contratação exclusiva para eles. “O importante é manter essa decisão bastante clara aos funcionários, inclusive informando a diferença na cobertura, nos valores de mensalidade e nas regras de reajuste”, observa Toro da Silva.

A Resolução 279 acaba dando aos demitidos e aposentados acesso maior a outras mudanças recentes da ANS quanto à portabilidade e à migração de planos de saúde. "O aposentado poderá encontrar um plano individual ou familiar dentro da mesma operadora mais completo que o empresarial [migração] ou mesmo em outra operadora e mais em conta [portabilidade], sem ter de cumprir novas carências. Isso é importante porque ele está em uma fase da vida em que vê sua renda ser reduzida ao mesmo tempo em que mais precisa do atendimento de saúde", pontua o coordenador do Centro Paulista de Economia da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (CPES-Unifesp), Marcos Ferraz.

Serviço

Em caso de negativa ou qualquer dificuldade por parte da empresa na manutenção do benefício após o desligamento, ligue para o Disque-ANS (0800-7019656), de segunda a sexta, das 8 às 20 horas. Mas lembre-se de que as novas regras só começam a valer em 23 de fevereiro de 2012.

Salário mínimo: governo atualiza valor para R\$ 622 em 2012

28/11/2011- Notícias Semanais 46/2011 DAL FIEP

O governo elevou o salário mínimo para 2012 de R\$ 619,21 para R\$ 622,73. O novo número consta no [ofício](#) que o Ministério do Planejamento enviou ao Congresso com a atualização dos parâmetros econômicos utilizados na elaboração da proposta orçamentária do próximo ano (PLN 28/11). A diferença de R\$ 3,52 deve-se à revisão do INPC deste ano, que reajusta o mínimo.

A proposta orçamentária foi elaborada com uma previsão de INPC de 5,7%. O número, somado à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, que foi de 7,5%, projetou um mínimo de R\$ 619,21 no projeto original, equivalente a um aumento nominal de 13,6%. A atualização elevou a inflação para 6,65%. Com a mudança, o aumento nominal sobe para 14,26% frente ao valor atual, que é de R\$ 545.

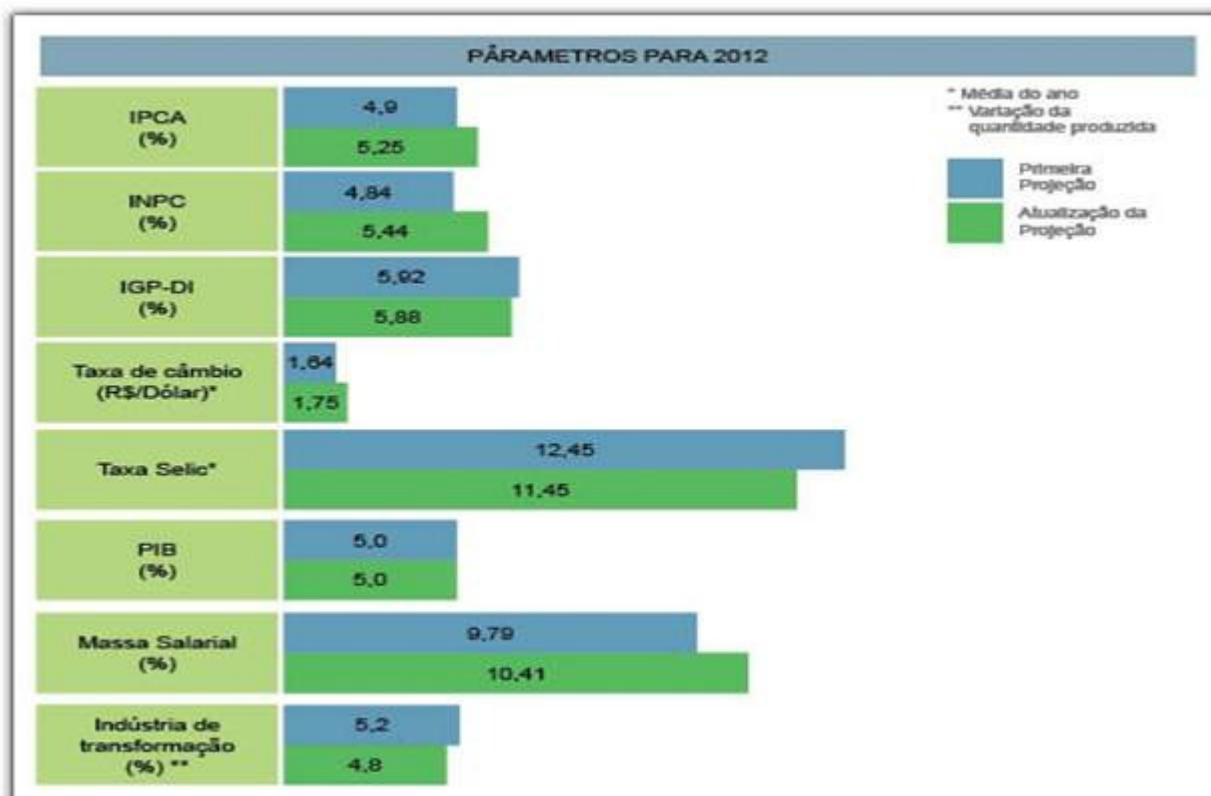
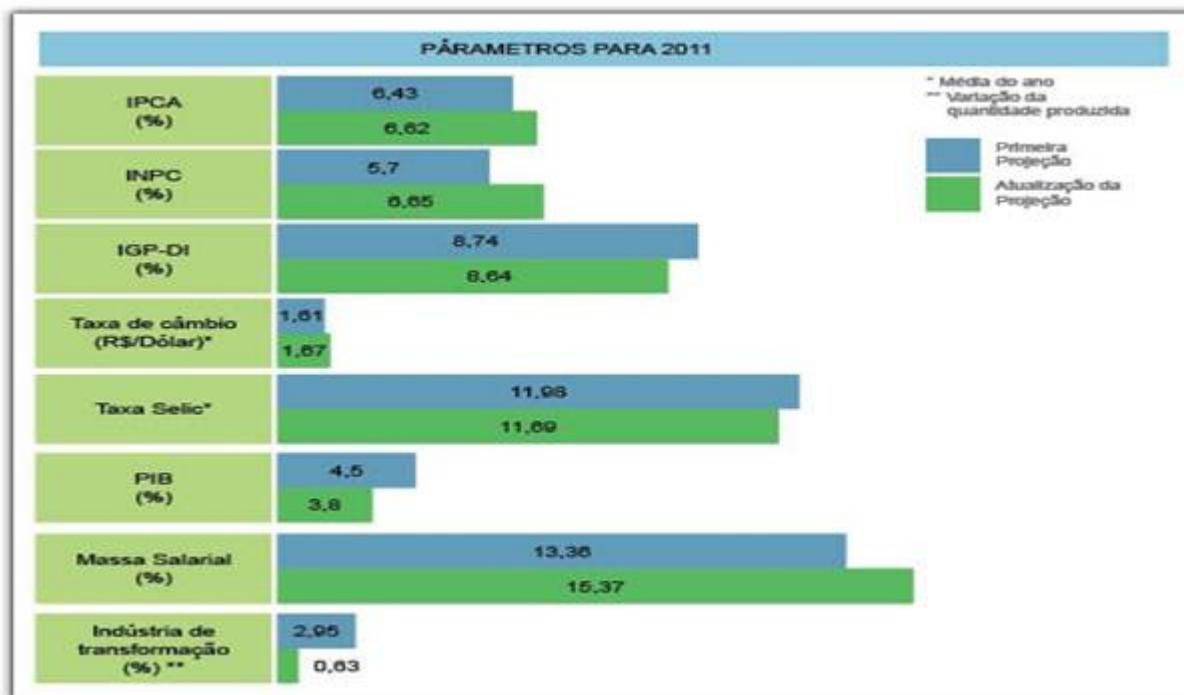
A projeção de aumento do INPC impacta os benefícios assistenciais e previdenciários, iguais ou acima do mínimo. Para os benefícios da Previdência, a previsão de reajuste subiu de 5,7% para 6,3%, portanto, abaixo do INPC de 2011. No geral, o governo estima que os gastos com o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no próximo ano vão subir de R\$ 313,9 bilhões, número que consta no projeto original, para R\$ 320,4 bilhões. A diferença terá que ser coberta pelo relator-geral da proposta orçamentária, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

PIB menor - Em relação aos demais indicadores econômicos, o governo rebaixou o crescimento econômico para este ano, que saiu de 4,5% para 3,8%, e manteve o valor do próximo ano (5%). A produção industrial também apresenta uma expectativa de redução. Para este ano, a projeção cai de 2,95% para apenas 0,63%. Em 2012, o percentual reduz de 5,2% para 4,8%. Outra diminuição é na taxa média de juros (Selic), que sai de 11,98% para 11,69%, neste ano, e de 12,45% para 11,45% em 2012.

Em relação à meta oficial de inflação (IPCA), o governo projetou aumento para os dois anos. A primeira projeção era de 6,43% para este ano e de 4,9% para o próximo. Agora, a expectativa é de 6,62% e de 5,25%, respectivamente. O número oficial para

2011 é 0,14 ponto percentual superior ao projetado pelo mercado, de acordo com o boletim Focus do Banco Central divulgado também nesta segunda.

A atualização dos parâmetros econômicos é uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os números auxiliam o Congresso no cálculo da arrecadação federal do ano posterior. O relator da receita do projeto orçamentário, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), poderá apresentar uma atualização do parecer da receita antes da votação do relatório final, em dezembro. O primeiro parecer, [aprovado em outubro](#), elevou as receitas federais em R\$ 26,1 bilhões.



Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto altera multa para desrespeito a direito trabalhista

28/11/2011- Notícias Semanais 46/2011 DAL FIEP

A Câmara analisa o Projeto de Lei 1720/11, do deputado Dr. Grilo (PSL-MG), que atualiza o valor da multa devida pelo empregador que não respeitar o direito ao repouso semanal remunerado ou não pagar salário nos feriados de seus empregados. A proposta também determina que o pagamento da multa seja destinado ao empregado lesado.

A Lei 605/49 determina que infrações desse tipo sejam punidas, de acordo com o caso, com a multa de 100 a 5 mil cruzeiros.

O projeto estabelece que o valor da multa seja de duas vezes o valor do repouso ou do descanso não remunerado, proporcional ao salário do empregado.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Anúncio de emprego sem informações sobre empresa contratante pode ser proibido

28/11/2011- Notícias Semanais 46/2011 DAL FIEP

O projeto de lei que proíbe a publicação em jornais de anúncios de emprego sem a devida identificação da empresa contratante. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 391/2003, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) exige que os anúncios tragam, além do número de vagas e a função, a razão social ou nome fantasia, endereço ou endereço eletrônico e atividade da empresa responsável pelo anúncio.

Para Paulo Paim, a exigência é importante porque, na maioria das vezes, os anúncios de emprego não informam o nome da empresa contratante e em muitos casos apenas indicam um número de caixa postal.

Relatora da proposta na comissão, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é favorável à matéria e concordou que, atualmente, é comum anúncios de falsos empregos por meio dos quais "aproveitadores oferecem vantagens que não estão de acordo com a média do mercado de trabalho, atraindo multidões para uma verdadeira venda do emprego falso, onde se pratica a extorsão de trabalhadores desempregados, com a cobrança indevida de taxas e outras despesas". Para a relatora, é preciso punir os responsáveis por essas fraudes.

Vanessa Grazziotin apresentou somente uma emenda ao projeto, oferecendo a opção de a empresa anunciante divulgar apenas o endereço eletrônico e não o comercial, como forma de evitar aglomeração de pessoas em sua sede. O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório de Vanessa Grazziotin já foi discutido na CAS, faltando apenas a votação da matéria, que se dará em decisão terminativa.

Fonte: Agência Senado

Comissão Especial sobre Terceirização aprova parecer do relator

28/11/2011- Notícias Semanais 46/2011 DAL FIEP

Foi aprovado na Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições voltadas à Regulamentação do Trabalho Terceirizado no Brasil, por 14 votos a dois, o relatório do dep. Roberto Santiago (PSD/SP), que conclui por substitutivo ao PL 4330/04 de autoria do dep. Sandro Mabel (PMDB/GO), que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços e as relações de trabalho dele decorrentes.

O Relatório apresentado foi fruto de discussões entre o setor produtivo e os trabalhadores e, mesmo não sendo considerado ideal, contemplou pontos importantes para regulamentação da terceirização.

A CNI atuou apresentando sugestões de aprimoramento ao substitutivo do Dep. Roberto Santiago e, dentre os assuntos mais significativos e que foram objeto de apreciação do Relatório, destacam-se:

- Definição do capital social mínimo das empresas fornecedoras de mão-de-obra e exigência de integralização do capital em 180 dias;
- Inserção de parte da redação da súmula 331/TST, ampliando as possibilidades de terceirização para serviços especializados de qualquer de natureza; e
- Responsabilidade subsidiária sujeita à fiscalização.

Agora, o texto aprovado na Comissão Especial será encaminhado para o relator da Comissão de Justiça, Dep. Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA), com a finalidade de orientar o seu parecer.

Fonte: CNI

Richa quer terceirizar serviços do Estado

28/11/2011- Notícias Semanais 46/2011 DAL FIEP

O governador Beto Richa (PSDB) enviou ontem à Assembleia Legislativa do Paraná projeto de lei que autoriza o Executivo a repassar a Organizações Sociais (OSs) os serviços sob responsabilidade do Estado. As únicas áreas que não poderão ser terceirizadas são o ensino regular – ensinos fundamental, médio e superior – e a segurança pública. Segundo o governo, eventuais convênios com as OSs só serão feitos em casos pontuais, para dar mais agilidade a serviços em que o poder público não tem tido a eficiência esperada. A oposição, por outro lado, considera a medida uma privatização do Estado.

Pela proposta, fica permitido ao governo do Paraná “promover a concessão ou permissão de serviços” a OSs, desde que fique “observado o interesse público”. Nesses casos, o Executivo vai elaborar um Contrato de Gestão a ser cumprido pela organização, por meio do estabelecimento de metas e prazos de execução, que deverão ser avaliados pelo menos a cada seis meses pela secretaria envolvida no convênio. Caso as cláusulas do contrato sejam descumpridas ou a OS cometa alguma

irregularidade, inclusive na aplicação dos recursos públicos, o acordo será desfeito e a entidade será desqualificada como Organização Social.

Segundo o secretário da Casa Civil, Durval Amaral, a terceirização de serviços públicos a OSs será feita pontualmente e somente nos casos em que haja uma demanda específica. Ele ressaltou que a decisão de repassar parte da administração pública a essas organizações tem como base exemplos bem-sucedidos em outros estados, como São Paulo, Pernambuco e Bahia. "Serão intervenções cirúrgicas para resolver determinadas atividades em que o Estado não tem conseguido alcançar a eficiência que a sociedade espera", argumentou. "Um exemplo é o Hospital do Trabalhador, em Curitiba, em que haveria a possibilidade de, por meio de uma OS, aproveitar melhor a estrutura disponível, que está subutilizada, e assim potencializar o atendimento à população."

Durval também rebateu a hipótese de que o Estado esteja abrindo mão de suas responsabilidades e privatizando a administração pública. "Haverá um contrato de gestão, no qual metas serão previamente estabelecidas e todos os recursos aplicados serão fiscalizados pela secretaria contratante e pelos órgãos de controle", defendeu. "A função do Estado é prestar serviço com qualidade e excelência. Portanto, não se trata de diminuir o seu tamanho, mas de oferecer o serviço de forma mais econômica e eficiente. E, assim, a sociedade ganha."

Críticas - Para o deputado Tadeu Veneri (PT), porém, a proposta do governo pode ser classificada como uma "privatização integral" do Estado. "Se o projeto for aprovado dessa forma, acabou o Estado, que passará a ser apenas parceiro de uma empresa privada", afirmou. "Outro ponto gravíssimo é que o governador jamais mencionou, durante a campanha, que faria isso. E agora envia a proposta no fim do período legislativo, sem nenhum debate com a sociedade. É surpreendente a voracidade com que estão avançando sobre o Estado."

A proposta de terceirizar serviços encontra resistência, principalmente, entre profissionais da área da saúde. "A cada eleição, os políticos falam em priorizar a saúde. Para priorizar, é preciso prestar o serviço diretamente", avalia a secretária-geral do SindSaúde, o sindicato dos servidores na Saúde e Previdência do Paraná, Elaine Rodella. Para ela, a saúde não pode ser tratada como "mercadoria". "Quem vai fazer a saúde pública? Ficaremos reféns da doença ou dos interesses do mercado?"

O governo, porém, negou que a intenção de terceirizar serviços de saúde implique em suspensão dos concursos já realizados. A Secretaria de Administração até já prorrogou por mais dois anos o concurso do Edital 115/2009, que venceria no próximo dia 7. Assim, os aprovados ainda têm chance de convocação. Segundo o governo, o chamamento ocorrerá na medida em que abrirem vagas.

Fonte: Gazeta do Povo

Comissão aprova parecer sobre trabalho terceirizado

28/11/2011- Notas Gestão Sindical

O parecer do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), regulamentando o trabalho terceirizado no Brasil, foi aprovado nesta quarta-feira pela comissão especial sobre o tema. Foram 14 votos a favor e 2 contra, dos deputados petistas Vicentinho (SP) e Policarpo (DF).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e sindicatos protestaram durante a sessão.

O texto aprovado apresenta sugestões ao Projeto de Lei [4330/04](#), do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que institui a responsabilidade subsidiária, segundo a qual o trabalhador terceirizado só pode cobrar direitos trabalhistas da tomadora de serviços quando esgotados os bens da empresa prestadora, no caso de falência, por exemplo. As sugestões farão parte do substitutivo que será apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Durante a discussão, Vicentinho e Policarpo afirmaram que o parecer vai permitir a terceirização na atividade principal da empresa. Os sindicalistas presentes tentaram alterar o parecer para impedir que uma empresa tenha apenas trabalhadores terceirizados.

Vicentinho alertou que uma legislação equivocada poderá prejudicar mais de 30 milhões de trabalhadores. Isso porque, segundo ele, a tendência será de redução do quadro efetivo e contratação de terceirizados, com baixo salário e precárias condições de trabalho. "Os sindicatos das categorias preponderantes, que lidam com os trabalhadores, precisam saber o que vai acontecer com as empresas, se vai trocar trabalhador formal por terceirizado."

Requisitos para as empresas

Já o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) defendeu o parecer de Santiago, observando que ele vai acabar com a "picaretagem", ao exigir uma série de requisitos para a empresa atuar no mercado. "Na medida em que transforma as empresas em especializadas em uma única atividade, dentro da categoria profissional, consequentemente garante os direitos dos trabalhadores terceirizados na sua convenção", afirmou.

Para Roberto Santiago, o seu relatório acaba com a "bagunça generalizada" que é hoje o setor. Segundo ele, na Câmara dos Deputados a empresa que faz limpeza também oferece serviços de profissionais de comunicação. "Isso não tem cabimento. Tem que ser uma empresa especializada", disse.

O texto do relator obriga as contratantes a fiscalizar o recolhimento dos encargos sociais pelas prestadoras. Se a prestadora não estiver recolhendo corretamente, a contratante pode interromper o pagamento dos serviços. Além disso, a proposta obriga as contratantes a verificar se as prestadores cumprem os acordos coletivos fechados pelas categorias de seus funcionários.

Intermediação proibida

O texto proíbe a intermediação da contratação de mão de obra terceirizada e determina que as empresas prestadoras de serviço tenham apenas um objeto em seu contrato social. Também define regras para evitar que empresas sem solidez financeira entrem no mercado de prestação de serviços.

O objetivo é reduzir os riscos de as empresas falirem sem quitar suas dívidas com os trabalhadores. Firms com até dez empregados, por exemplo, terão que ter capital mínimo de R\$ 50 mil.

Em relação ao setor público, o parecer de Roberto Santiago proíbe a contratação de prestadores de serviços para as funções que estiverem previstas nos planos de cargos e salários.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Trabalho e jogos podem ser tão viciantes quanto álcool e drogas

28/11/2011- Notas Gestão Sindical

Neste texto escrito para a *BBC*, ele comenta os resultados de seu trabalho:

“Os efeitos sociais e de saúde da jogatina extremada são muitos e têm muita coisa em comum com os efeitos de vícios mais tradicionais, entre eles mau humor, problemas de relacionamento, absenteísmo do trabalho, violência doméstica e ir à falência.

Os efeitos para a saúde – para jogadores e seus parceiros e parceiras – incluem ansiedade, depressão, insônia, problemas intestinais, enxaquecas, stress, problemas estomacais e pensamentos suicidas.

Se comportamentos como a jogatina podem se tornar um vício genuíno, não existe razão em teoria que impediria alguém de se viciar em atividades como videogames, trabalho ou exercícios físicos.

Pesquisas sobre jogadores compulsivos relatam que eles sofrem ao menos um efeito colateral quando passam por períodos de abstinência, como insônia, dores de cabeça, perda de apetite, fraqueza física, palpitações cardíacas, dores musculares, dificuldades de respiração e calafrios.

Abstinência

Na verdade, jogadores compulsivos aparentam sofrer mais sintomas de abstinência física quando tentam cortar o vício do que viciados em drogas.

Mas quando é exatamente que um entusiasmo saudável se transforma em um vício?

Comportamento excessivo por si só não significa que alguém seja viciado.

Eu consigo pensar em muitas pessoas que se envolvem em atividades excessivas, mas eu não as classificaria como viciadas, já que elas parecem não sofrer qualquer efeito negativo ao apresentar tal comportamento.

Em essência, a diferença fundamental entre o excesso de entusiasmo e o vício é que os entusiastas saudáveis adicionam vida às atividades desprovidas dela.

Para qualquer comportamento ser definido como viciante, é preciso que existam consequências específicas como se tornar a atividade mais importante na vida de uma pessoa ou ser o meio pelo qual o humor dela pode melhorar.

Eles podem também começar a precisar fazer mais e mais da atividade ao longo do tempo para sentir seus efeitos e sentir sintomas físicos e psicológicos de abstinência se eles não conseguem fazê-lo.

Isso pode levar a conflitos com o trabalho e com responsabilidades pessoais e muitos podem até viver recaídas se tentam largar o vício.

A maneira pela qual os vícios se desenvolvem – sejam eles químicos ou comportamentais – é complexa.

Vícios 'ocultos'

O comportamento viciante se desenvolve a partir de uma combinação de predisposição biológica e genética de uma pessoa, o ambiente social em que elas cresceram e sua constituição psicológica, como traços de personalidade, atitudes, experiências e crenças e a própria atividade.

Muitos vícios comportamentais são vícios 'ocultos'. Diferentemente do alcoolismo, o viciado em trabalho não apresenta a fala embolada ou sai tropeçando.

Mas, no entanto, o vício comportamental é um tema relativo à saúde que precisa ser levado a sério por todos os profissionais das áreas médicas ou de saúde.

Se o principal objetivo dos profissionais da área médica é garantir a saúde de seus pacientes, então ter consciência sobre o vício comportamental e os temas que o cercam deveriam ser tão importantes quanto o conhecimento básico e o treinamento.

Diversos vícios comportamentais podem ser tão graves quanto vícios em drogas.”
Fonte: Correio do Brasil

Combate à miséria já atinge metas mas ações ainda dividem opiniões

28/11/2011- Notas Gestão Sindical

BRASÍLIA – A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, disse nessa quinta-feira (24) na Câmara dos Deputados que o programa de combate à miséria lançado pelo governo em junho já começa a cumprir metas. Ninguém duvida que erradicar a pobreza é urgente e necessária. Mas as estratégias possíveis e necessárias para se atingir este objetivo ainda dividem a esquerda, o PT e até mesmo o staff do governo.

O secretário nacional de Economia Solidária, o economista Paul Singer, elogia a ousadia e o ineditismo do Programa Brasil sem Miséria, lançado por Dilma com o objetivo de erradicar a pobreza extrema nos quatro anos de mandato da presidenta. E aponta qual seria o grande mérito. “A inclusão produtiva é o único eixo que nos dá esperança de que a erradicação seja permanente, e não apenas transitória”, justifica.

Isso porque, para Singer, a verdadeira batalha é impedir que a pobreza extrema volte a assolar o país, após a concentração dos esforços no prazo determinado. "Temos que criar condições para que nunca mais haja pobreza no Brasil. Em última instância, teremos que construir uma nova economia e uma nova sociedade, que não tolere a pobreza", conclama.

O secretário sustenta que esta nova sociedade deverá ser calcada na democracia que, segundo ele, é a doutrina que não admite desigualdades. "No Brasil, já praticamos a democracia, com sucesso, no campo político. Agora, precisamos levá-la para a economia, para a educação e para todos os setores".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defende a utilização do Fundo Social do Pré-Sal para viabilizar a Lei 10.835, que institui a Renda Básica de Cidadania (RBC). A lei, de autoria do senador petista, foi sancionada em janeiro de 2004, mas ainda não saiu do papel. Prevê que todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país há mais de cinco anos, sejam eles ricos ou pobres, recebam mensalmente um rendimento mínimo capaz de lhes dar condições dignas de sobrevivência. "Isso acaba também com o constrangimento de se declarar pobre".

Professor de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Pedro Demo é um crítico feroz das políticas exclusivas de transferência de renda, que tem no Bolsa Família o principal exemplo. "Pela primeira vez, o Brasil tem uma proposta parruda, mas ela não toca no cerne da questão: a redistribuição de renda. É por isso que até deputado do DEM aprecia: é boa, barata e não representa risco para a desigualdade", diz. "E o pobre continua, permanentemente, beneficiário".

O professor critica a estratégia apontada pelo secretário Paul Singer para resolver o problema. Segundo ele, é muito difícil imaginar uma forma de se colocar 16 milhões de brasileiros no mercado formal de trabalho. "Há, sim, como fazer a inclusão produtiva, mas será através da agricultura familiar, do cooperativismo, do empreendedorismo. E as iniciativas do governo, neste sentido, são ainda incipientes".

Para o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lacerda, a reforma agrária é um caminho excelente para o combate à pobreza. E lamenta que, no Brasil, por razões de disputas políticas, ela seja tão mal vista por determinados atores sociais. "Precisamos qualificar a reforma agrária. Não basta conduzir política para realocar agricultores no campo. Precisamos garantir as condições de permanência das famílias".

O governo prometeu em agosto, depois de uma marcha de sem-terra em Brasília, que montaria um plano de assentamentos com metas até 2104, mas até agora não o apresentou.

Celso lembra que, dos 16 milhões de brasileiros que vivem na pobreza extrema, sete milhões estão na área rural. E, o mais grave, 55 mil dentro de assentamentos instituídos pelo órgão. O alento, segundo ele, é que os miseráveis estão em assentamentos recém fundados. "Isso prova que, ao longo do tempo, mesmo em condições precárias, os assentados conseguem se desenvolver e melhorar de vida", atesta.

Analisando as políticas para erradicação da pobreza no âmbito da América Latina e do Caribe, incluindo aí, obviamente, o Brasil, o secretário executivo-adjunto da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), Antônio Prado, aponta o aumento real dos salários e a diminuição do desemprego como políticas que realmente fazem a diferença.

“As políticas de transferências de renda são fundamentais, mas é o aumento real dos salários e a diminuição do desemprego as políticas preponderantes para alcançar este objetivo”, alerta ele.

Singer, Suplicy, Demo, Lacerda e Prado participaram de uma conferência sobre desenvolvimento promovida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nesta semana, em Brasília.

Fonte: Carta Maior

Contribuição Sindical - Contribuição descontada dos empregados deve ser recolhida até 30/11

28/11/2011- Notas COAD

No dia 30/11, quarta-feira, vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, da contribuição sindical descontada dos empregados.

Estão obrigados ao recolhimento todos os empregadores, assim definidos pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de outubro/2011.

O empregador deve descontar a contribuição sindical dos empregados admitidos no mês de setembro/2011, que não contribuíram no ano de 2011. O recolhimento deve ser efetuado na GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana.

A penalidade pelo recolhimento fora do prazo corresponde a:

a) multa: 10% sobre o valor da contribuição, nos primeiros 30 dias, acrescida de 2% por mês subsequente de atraso;

b) juros: 1% ao mês ou fração.

Direito do Trabalho - Indenização: bancária com LER não precisa provar dor íntima

28/11/2011- Notas COAD

Caso haja comprovação de dano material e de nexo de causalidade entre doença e atividade ocupacional, o dano moral prescinde de prova. Foi esse o entendimento da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho para condenar, na sessão de ontem (24), o Banco Bradesco S. A. a reparar o

dano moral causado a uma empregada baiana que perdeu prematuramente sua capacidade laborativa em decorrência de lesão por esforço repetitivo (LER).

Em decisão anterior, a Sétima Turma do TST não conheceu do recurso da bancária contra a decisão desfavorável do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) que lhe negou o pedido de indenização por dano moral, porque ela não comprovou que teve os "valores íntimos abalados em razão da doença ocupacional". Inconformada, ela entrou com embargos à SDI-1, argumentando que o dano pretendido não necessitava de comprovação, pois tratava-se de prova relativa à dor subjetiva, principalmente no seu caso, em que lhe foi deferida indenização pelo dano material, com pagamento de pensão mensal vitalícia. Expressou ainda que, para "a caracterização do dano moral, basta aferir a ocorrência da violação perpetrada e constatar a extensão da lesão causada".

Ao examinar o recurso na seção especializada, o relator, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, acolheu a argumentação da bancária. Nas palavras do relator, "comprovada a existência de dano e de nexos causal com a conduta ilícita praticada pelo empregador, o abalo moral, subjetivo e psicológico, prescinde de comprovação fática".

O relator esclareceu que a empregada se queixava de dores no ambiente de trabalho, que não era ergonomicamente adequado. Tanto que, por meio de um comunicado interno, o serviço médico da empresa aconselhou "pausas compensatórias e a não realização de atividades repetitivas, o que não foi observado". Ademais, o INSS e o laudo pericial atestaram que a doença da bancária decorreu das suas atividades profissionais.

Diante da comprovação de que a doença derivou de conduta ilícita do banco, o relator concluiu que não havia como exigir da empregada a comprovação de sua dor moral. Assim, determinou o retorno do processo ao Tribunal Regional, para que julgue o recurso ordinário da empresa no tópico referente à fixação do valor arbitrado ao dano moral.

A decisão foi por maioria, ficando vencido o ministro João Batista Brito Pereira.

Processo: E-ED-RR-26200-18.2004.5.05.0009

FONTE: TST